

APRESENTAÇÃO

É uma honra escrever a apresentação dessa edição da Revista Jurídica do CESUPA. Faço parte do corpo docente da graduação em Direito e da Pós-Graduação desde sua fundação, e tenho muito orgulho de contribuir com as atividades desenvolvidas nesses cursos, por tantos anos. A graduação celebra, em 2024, seus 25 anos e se destaca pela reconhecida qualidade, atestada em avaliações do Ministério da Educação, Ordem dos Advogados do Brasil e tantas outras.

O pensamento crítico e a capacidade criativa constituem importantes marcas do curso, que já formou um elevado número de profissionais, preparados para atender as mais variadas exigências do ofício jurídico. Esse mesmo atributo está presente na Pós-Graduação, que esse ano comemora o ingresso de sua primeira turma no Doutorado em Direito.

Com isso, a riqueza e a diversidade dos textos reunidos nessa edição da Revista representa, em meio a tantas conquistas, os esforços da instituição e do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) para estarem alinhados com sua área de concentração e vocação história, trazendo ao debate o direito, as políticas públicas e o desenvolvimento regional.

Assim, a Revista expressa a especialidade institucional na produção do conhecimento sobre temas que envolvem a Amazônia, como o mercado de carbono, política ambiental e setor produtivo, desmatamento, pobreza e desigualdades sociais. Traz, ainda, reflexões e análises sobre decisões judiciais e aborda temas caros ao desenvolvimento, entendido em uma perspectiva multidimensional, como a violência contra mulher, a acessibilidade e a inclusão no sistema educacional. A edição inclui, também, textos que tratam de questões envolvendo o avanço de tecnologia e seus reflexos no mundo jurídico, como a inteligência artificial e proteção do consumidor em um mercado globalizado.

Sou autora do primeiro artigo, intitulado “Mercado de carbono: apontamentos sobre a natureza e a necessidade de segurança jurídica das reduções certificadas de emissões para combater as mudanças climáticas”, escrito com meu orientando do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBICT CESUPA, Pedro Ivo Benevides Ramos Batista. O texto destaca a importância do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para o mercado de carbono no Brasil, discutindo a natureza jurídica das Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) e a segurança jurídica dessas transações. Conclui que as indefinições quanto

às normas regulatórias desse mercado no país são obstáculos ao comércio dos créditos enquanto estratégia de mitigação aos problemas associados às mudanças climáticas.

O artigo “A (ir)recorribilidade da decisão que posterga a apreciação da tutela provisória: uma análise à luz do tribunal de justiça do estado do Pará”, de Alexandre Pereira Bonna e Lucas Santos de Alcantara, analisa a natureza jurídica do ato que posterga a apreciação de um pedido de tutela provisória e sua recorribilidade, investigando se o entendimento atual do Tribunal de Justiça do Pará se coaduna com o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.

No texto “Marcas e relações de consumo: como a propriedade industrial afeta a proteção do consumidor no mercado globalizado”, de Carolina Medeiros Coelho, Juliana Sarraf Daibes Marques e Andressa Casanova Von Grapp Santos, as autoras mostram que a propriedade industrial, por meio do instituto da marca, é essencial para a preservação dos direitos dos consumidores no mercado globalizado.

Victoria Nicolle Primo Alves, Luís Antônio Gomes de Souza Monteiro de Brito e Renata Ribeiro de Souza Nobre, em “A política ambiental do estado do Pará e seus impactos no setor produtivo: uma análise da pecuária de corte na Amazônia e do TAC firmado para a cadeia produtiva da carne”, debruçam-se sobre a legislação ambiental e o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da Carne na região. O estudo defende que a utilização de plataformas que auxiliem na transparência ambiental e no controle da rastreabilidade, aliada à implementação de práticas de ESG (Ambiental, Social e Governança, em português), contribui para a sustentabilidade da pecuária na Amazônia, coibindo o desmatamento e valorizando a produção regional no mercado.

Em “Os requisitos de validade do negócio jurídico nos contratos eletrônicos: uma análise a partir da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça”, Dionnísio Matheus Reis Menezes e Jean Carlos Dias refletem acerca dos contratos eletrônicos no ordenamento jurídico pátrio, verificando sua consonância com as normas infraconstitucionais acerca do Direito Contratual e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos últimos cinco anos. A discussão doutrinária e jurisprudencial apresentada no texto conclui pela necessidade de uma regulação expressa e mais completa acerca dos contratos eletrônicos. Os autores mostram que, embora esses contratos disponham de validade jurídica ratificada por leis esparsas, julgados e entendimento dos juristas, carecem da determinação legal de seus aspectos eletrônicos para a superação de obstáculos vivenciados pela sua utilização.

O artigo de Juliana Rodrigues Freitas, Camilla Cassilda Pires Santos e Lizandra Freitas Vitor, intitulado “Arquitetura hostil e aporofobia: a aversão ao pobre e seus reflexos

no contexto paraense”, aborda o fenômeno do urbanismo de exclusão como acentuador da desigualdade social. Para isso, debruçam-se sobre o conceito de aporofobia e sobre a produção normativa correlata a essa temática. Conclui que as técnicas da arquitetura hostil são formas de concretização desse fenômeno, contribuem para a invisibilidade dos direitos fundamentais e influenciam para a sua internalização no estado do Pará.

O texto “O impacto da inteligência artificial nas relações de trabalho: uma análise sobre o futuro do trabalho”, de Álefe Saraiva Barros, Lucas Nunes Conceição e Vanessa Rocha Ferreira Rodrigues, discute inteligência artificial e relações de trabalho, enfatizando a importância da regulamentação para a proteção dos direitos dos trabalhadores. Os autores defendem a urgência de estabelecer regulamentações específicas e abrangentes nesse campo, uma vez que a legislação brasileira carece de garantias para assegurar a proteção dos direitos fundamentais dos trabalhadores, incluindo a preservação da dignidade humana.

O artigo de Mateus Farias Mello, Sara Raquel de Oliveira Castro Rodrigues Vidinha Xavier e Anna Laura Maneschy Fadel, nominado “A violência contra mulher no ambiente doméstico no cenário pandêmico e o ideal patriarcal capitalista”, baseia-se nos ensinamentos de Silvia Federici para discutir a questão. Mostra que o aumento da violência contra a mulher no ambiente doméstico e do feminicídio, durante o período de isolamento social causado pela pandemia, está associado ao ideal patriarcal capitalista, para quem a mulher é propriedade, e não sujeito. O texto conclui que esse é um fenômeno que está profundamente enraizado em sistemas históricos de poder e de controle, o qual funciona como um catalisador para agravar situações de violência contra as mulheres.

Em “O acordo de Paris e o desmatamento na Amazônia: uma análise dos desafios e oportunidades para a mitigação das mudanças climáticas e a conservação da floresta tropical”, Bruno Ano Bom Ribeiro, Lanna Cristal Castro dos Santos e Luís Antônio Monteiro de Brito, enfatizam o papel da região na estabilidade climática global. A análise envolve a apreciação de tratados internacionais e reflete sobre os desafios socioeconômicos enfrentados pelas comunidades locais na Amazônia em decorrência do desmatamento, em consonância com o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao princípio da equidade intergeracional.

O último artigo da edição, “Acessibilidade e inclusão dentro do sistema educacional para pessoas pertencentes ao espectro autista e a quebra ativa da norma nas variadas modalidades”, de Larissa Helena Luz, Maria Luíza Lana e Lívia Teixeira Moura, traz um estudo sobre a evolução histórica da concepção de demanda, inclusão e tratamento para os indivíduos com necessidades especiais, em específico os das pessoas com Transtorno de

Espectro Autista (TEA). A análise, baseada na revisão de literatura sobre a realidade e dificuldade desses indivíduos dentro do sistema educacional, conclui pela precária integração nas escolas, que afeta de forma significativa os diagnosticados e não diagnosticados, indo de encontro ao previsto no ordenamento jurídico brasileiro, que estabeleceu normas e diretrizes de proteção às pessoas com deficiência. Assim, as autoras observam que essas pessoas ainda carecem de espaço para poderem realmente exercer seus direitos.

Pelo exposto, desejo que a leitura dessa edição contribua para a reflexão de nossos leitores sobre as importantes questões elencadas nessa apresentação.

Belém (PA), 25 de Março de 2024

Professora Dra. Ana Elizabeth Neirão Reymão

Economista (UFPA)

Doutora em Ciências Sociais (UnB)

Mestre em Economia (UNICAMP)

Professora do PPGD CESUPA e da Faculdade de Economia da UFPA

Líder do grupo de pesquisas CNPq MinAmazônia - Políticas Públicas e ODS na Amazônia